

ESBOÇO DE UMA INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO NORDESTINA, A PARTIR DE GRAMSCI

Nivalter Aires dos Santos

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande

Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis – Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG)

Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Economia do Nordeste – GPNe (UFCG)

Resumo: Esse trabalho objetiva entender como se constituiu a questão regional brasileira, em meados do século XX, além disso observar se e como as categorias gramscianas como “bloco histórico” e “hegemonia” podem ser aplicadas ao caso nordestino. Para isso vamos apresentar um pouco da trajetória política e de vida de Antonio Gramsci, e em que termos a questão meridional é colocada por ele; em seguida fazer um esforço de contrapor as interpretações correntes da questão regional nordestina com a abordagem de Gramsci da questão meridional sem desprezar o acúmulo. Esse estudo não pretende dar conta de explicar a complexa dinâmica do capitalismo atual, mas sim entender historicamente a formação de uma questão nordestina. O processo de disputa política e econômica nas frações burguesas pela construção de hegemonia dentro de um bloco histórico, no caso brasileiro e nordestino, partindo das categorias gramscianas, evidencia que as classes subalternas devem rejeitar as políticas de conciliação de classe e de frente popular, visto que o resultado no processo analisado foi de uma reestruturação conservadora do bloco, com as forças populares sendo duramente reprimidas pelo governo Militar.

Palavras-chave: Questão regional. Questão meridional. Bloco Histórico. Hegemonia. Gramsci.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo comprender cómo era la “cuestión regional brasileña”, en el medio del siglo XX, sino también observar si y cómo las categorías gramscianas como “bloque histórico” y “hegemonía” se pueden aplicar al caso del noreste de Brasil. A tal fin, se presenta la trayectoria política y la vida de Antonio Gramsci, y en qué condiciones la “cuestión meridional” se coloca por él; a continuación, hacer un esfuerzo para oponerse las interpretaciones comunes de “problema regional Noreste” con el enfoque de Gramsci de la “cuestión meridional”, sin depreciar el acúmulo. Este estudio tiene como objetivo explicar la compleja dinámica del capitalismo contemporáneo, pero históricamente comprender la formación de una “cuestión noreste”. El proceso de disputa política y económica en las fracciones burguesas para la construcción de la hegemonía dentro de un bloque histórico, en el caso de Brasil y el noreste, sobre la base de las categorías de Gramsci, muestra que las clases bajas deben rechazar las políticas de conciliación de clases y frente popular debido a que el resultado fue una reestructuración conservador del bloque, con las fuerzas populares duramente reprimida por el gobierno militar.

Palabras clave: Cuestión Regional. Cuestión Meridional. Bloque Histórico. Hegemonía. Gramsci.

1 Introdução

Os estudos da questão meridional italiana desenvolvidos pelo comunista Antonio Gramsci em muito pode contribuir para compreensão da histórica questão nordestina brasileira, guardando as devidas diferenças nas suas formações econômico-sociais particulares. O esforço analítico de Gramsci, suas categorias e conceitos são muito válidos para compreensão da dinâmica desigual do capitalismo dentro de um mesmo espaço nacional.

Desse modo objetivamos entender como se constituiu a questão regional brasileira, em meados só século XX, e observar se e como as categorias gramscianas como “bloco histórico” e “hegemonia” podem ser aplicadas ao caso nordestino.

Partindo daí iremos apresentar, na seção seguinte, em que termos a questão meridional está colocada por Gramsci, resgatando um pouco da sua trajetória de vida e política. Na terceira seção adentramos na questão nordestina, fazendo o esforço de contrapor as interpretações correntes, e conciliar na medida do possível, com uma abordagem partindo de Gramsci. É importante frisar que esse estudo não pretende dar conta de explicar a complexa dinâmica do capitalismo atual, mas sim entender historicamente a formação de uma questão nordestina, num contexto mais amplo.

2 Antonio Gramsci e a Questão Meridional italiana

O pensador marxista Antonio Gramsci¹ nasceu na Sardenha (ilha do mar Mediterrâneo ocidental e uma região da Itália meridional), em 1891. Teve toda sua produção intelectual e militância marcada pela sua vivência pessoal, tendo em vista os problemas enfrentados pelo *Mezzogiorno* (Sul da Itália, juntamente com as ilhas).

Na juventude Gramsci aderiu a uma campanha antiprotecionista que reunia intelectuais meridionais. Desse modo, entre 1910 e 1913, era defensor do livre-cambismo e partidário de um pensamento regionalista, meridionalista. Se posicionava contrário a política protecionista que era elemento constitutivo do “bloco conservador” dos industriais do Norte e os latifundiários do Sul, mantendo excluídos os camponeses (PEREIRA, 2009).

A partir de 1914 Gramsci se põe ao lado dos grupos mais radicais de operários e estudantes que formam a fração da esquerda revolucionário em Turin. Em 1916 dedica-se a uma intensa atividade jornalística, em “Clérigos e Agrários”, publicado no *Avanti!* em julho

¹ As informações biográficas foram retiradas da seção “Cronologia da Vida de Antonio Gramsci” presente no Volume 1 dos Cadernos do Carcere.

desse ano, já expõe com clareza que o papel da classe operária é romper com o corporativismo agrário, e a libertação dos camponeses aparece como a vitória também para a classe operária. Em 1919, juntamente com Tasca, Togliati e Umberto Terracine, criam o *L'Ordine Nuovo*, com a primeira edição saindo no 1º de maio, nesse mesmo ano é eleito para a comissão executiva da seção turinense do Partido Socialista Italiano (PSI).

Após crescente divergência de estratégia política com PSI, os delegados da fração comunista decidem constituir o Partido Comunista da Itália em 1921, seção italiana da Internacional Comunista, com Gramsci fazendo parte do comitê central do novo partido. O recém criado PCI coloca a Questão Meridional em destaque para construção de sua estratégia revolucionária.

Gramsci foi ativo pensador e contribuiu com diversos jornais ao longo de sua militância (destacamos principalmente *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*), os textos pré-carcerários ao longo dos anos deram o tom da sua preocupação com a questão meridional. Mas a formulação mais avançada da questão, antes da sua prisão pelos Fascistas, é “Alguns temas da questão meridional”, inconcluso quando da sua prisão em 1926.

Esse texto esboça elementos que vieram a se tornar fundamentais na sua produção intelectual enquanto esteve preso, como as ideias de “Bloco Histórico”, “Hegemonia” e o “Papel dos Intelectuais”.

O livro “A Questão Meridional” de Antonio Gramsci reúne alguns artigos relacionados com essa temática, e trouxe ao público pela primeira vez “Alguns temas...”. A introdução do livro é feita por Franco de Felice e Valentino Parlato que permite melhor compreensão do contexto histórico nacional italiano, bem como a evolução do pensamento do autor. Eles dizem claramente que:

“Alguns temas” não se caracteriza tanto como o prosseguimento e a conclusão segundo uma linha de continuidade, de uma pesquisa já desenvolvida, mas sim, ao contrário, como um ponto de inflexão, realizado não apenas no plano prático da organização. “Alguns temas”, por conseguinte, não pode tampouco ser considerado como ponto de chegada de uma circunscrita reflexão meridionalista, mas se coloca como desfecho de um intenso e doloroso trabalho político e cultural do movimento operário italiano e, sobretudo, do jovem Partido Comunista da Itália. (GRAMSCI, 1987, p. 39).

“Alguns temas...” tem início questionando um artigo de Tommaso Fiore publicado no *Quarto Stato* em setembro de 1926 com uma crítica infundada aos comunistas turinenses, apresentando que sua “formula mágica” para resolução da questão meridional é a divisão do

latifúndio. Gramsci retruca apontando que “*a ‘formula mágica’ é uma completa invenção, os ‘jovens’ escritores do Quarto Stato, ao ousarem realizar com tão loquaz presunção semelhantes subversões da verdade, demonstram ter bem pouca consideração por seus intelectualíssimos leitores.*” (GRAMSCI, 1987, p. 136).

Em seguida apresenta trechos do artigo “Operários e Camponeses II” publicado no *L’Ordine Nuovo* em janeiro de 1920, demonstrando a posição dos seu grupo em defesa, não da pura e simples divisão de terras para os camponeses, mas sim da ativa posição do proletariado em favor da construção de uma aliança com os camponeses visando derrubar a burguesia do poder de Estado, uma aliança de “*paz e fraternidade entre cidade e campo, entre Norte e Sul*” (GRAMSCI, 1987, p. 137). Os comunistas de Turin tiveram o mérito de colocar a questão meridional sob atenção da vanguarda operária, assim “*no lugar do conflito “Região x Região”, entrava, portanto, o conflito operários-camponeses x industriais-latifundiários-intelectuais de classe média*” (PEREIRA, 2009, p. 50).

Pereira (2009) destaca que Gramsci não foi o primeiro a abordar o problema meridional, o que ele fez foi colocar esse problemas em termos revolucionários, “classista” e nacional. Esse assunto normalmente era colocado dentro de uma perspectiva reformista e regionalista, mesmo os intelectuais do PSI nunca chegaram a ultrapassavam os limites do reformismo, devido a sua participação no bloco agrário industrial.

Ainda em “Alguns temas...” aparece como se formou esse bloco agrário-industrial:

Ao se iniciar o novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de aliança de classes, de bloco político de classe, isto é, da democracia burguesa. Tinha que escolher: ou uma democracia rural, quer dizer, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa e de baixos preços nos produtos industrializados; ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, a favor do protecionismo alfandegário, da manutenção da centralização estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente os do Sul e das ilhas), de uma política reformista em relação aos salários e à liberdade sindical. Escolheu, não por acaso, a segunda solução (GRAMSCI, 1987, p. 148).

Diante desse bloco o grande prejudicado foram os camponeses que viviam em constante “*eferverscência*”, mas eram incapazes de se expressar de forma organizada e duradoura, como o próprio Marx em “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” compara os camponeses metaforicamente a um “*saco de batatas*” devido a sua desintegração enquanto

classe. Os grandes proprietários estavam conformados com o bloco apoiando os industriais do Norte.

No bloco que se formou os operários ficaram em melhor condição que o campesinato, inclusive tinham como visão que o Sul era a bola de chumbo que impede o progresso italiano, povoado por seres biologicamente inferiores, etc., em parte devido a orientação do próprio PSI. Os meridionais por sua vez alimentavam a visão que os operários eram abastados, dificultando a aliança entre as classes e a visão do capitalismo como inimigo comum.

A proposta revolucionária de Gramsci está associada uma “hegemonia do proletariado”, que forneça a base social para a ditadura do proletariado e do Estado Operário, que na medida que o proletariado se tornasse classe dirigente e dominante deveria criar uma aliança de classes que permitisse se mobilizar contra o capitalismo. O proletariado só poderia conseguir na medida em que pudesse obter o consenso das amplas massas camponesas.

No que diz respeito ao papel dos intelectuais, “Alguns temas...” fornece um esboço do que viria a aparecer nos Cadernos², onde o intelectual meridional faz a ligação entre o camponês e o grande proprietário, com o objetivo principal de conservar o *status quo*. Nesse sentido “*sobre o bloco agrário funciona, no Sul, um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as rachaduras do bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento*” (GRAMSCI, 2987, p. 160)

No volume 5 dos Cadernos versando sobre o *Risorgimento* italiano, Gramsci coloca claramente a natureza da questão meridional:

A “miséria” do *Mezzogiorno* era “inexplicável” historicamente para as massas populares do Norte; elas não compreendiam que a unidade não ocorreria numa base de igualdade, mas como hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno* numa versão territorial da relação campo-cidade, isto é, que o Norte concretamente era um “sanguessuga” que se enriquecera à custa do Sul e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional (GRAMSCI, 2015, p. 73).

Há uma relação de exploração entre esses espaços regionais com diferentes graus de desenvolvimento capitalista³. Vieira (2006) apresenta que para Gramsci as diferenças

² A grande contribuição de Gramsci para o pensamento marxista, diz Hugues Portelli, está exatamente na sua explicação quanto às funções dos intelectuais (PEREIRA, 2009).

³ Aqui caberia uma formulação mais detalhada e específica da natureza desses diferentes graus de desenvolvimento capitalista a partir da “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” de Leon Trotsky, mas não faz parte do objeto de análise desse artigo de modo que fica para estudos posteriores.

regionais exprimem uma forma de como o capital articula os diferentes modos de produção no interior do território e determina as alianças entre as classes.

O *Risorgimento* italiano aconteceu através de uma “revolução sem revolução” ou uma “revolução passiva”, os grandes proprietários meridionais aceitaram a hegemonia da burguesia do Norte, mantendo inalterada a estrutura fundiária e o domínio político sobre a região (VIEIRA, 2006).

Não se pode perder de vista que mesmo que o problema meridional se trate, a primeira vista, de um problema nacional, ele está intimamente ligado com o desenvolvimento do capitalismo internacional europeu, primeiramente porque a revolução socialista nunca foi um projeto nacionalista, mesmo que num primeiro momento a análise de Gramsci se restrinja a Itália, o caráter da revolução é de classe e, desse modo, internacional (PEREIRA, 2009).

Diante de tudo isso a questão meridional, para Gramsci, está associada ao desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes territórios com exploração de um sobre outro, onde as diferentes frações burguesas se acomodam em um bloco histórico sob uma determinada hegemonia. Os intelectuais, sempre ligados a alguma classe, atuam no sentido de fortalecer os laços entre estrutura e superestrutura, fortalecendo a hegemonia ou buscando uma recomposição da mesma em favor de outras classes. A solução, por fim, para os problemas regionais não pode ser encontrados em reformas, se não na revolução através de uma união das classes subalternas, sob o comando do proletariado.

3. A Questão nordestina

O Nordeste está para o Brasil, assim como o *Mezzogiorno* está para a Itália, desse modo um esforço de utilização das categorias gramscianas e de sua abordagem sobre a temática é, dentro dos limites das diferenças entre as realidades dos países e regiões, bastante válido.

A questão nordestina foi se construindo ao longo da primeira metade do século XX, mas especialmente a partir da década de 1950 que ela ganhou evidência e se tornou uma questão a ser enfrentada pelo Brasil, enquanto nação.

O ponto marcante para o surgimento da questão meridional é o *Risorgimento* e a unificação Italiana. No caso do Brasil podemos considerar os acontecimento que vieram se desenrolando desde o fim do Império em 1889 até 1929/1930.

As regiões brasileiras se constituíram historicamente ligadas ao comércio internacional de mercadorias, por isso eram isoladas produtivamente, tinham a forma de “arquipélagos regionais”⁴, como se habitou a chamar na literatura acadêmica. A crise econômica internacional de 1929, juntamente com a revolução de 1930, constituiu um marco na transformação econômica, social e política no Brasil. Para saída da crise o Estado brasileiro optou por um processo de industrialização⁵ através do modelo “por substituição de importações”, que aconteceu fortemente concentrada no Centro-sul. No que diz respeito ao Nordeste, devido a escassez de demanda gerada pela grave crise econômica, a região passou a buscar mercado para seus produtos agrícolas nas outras regiões do Brasil, possibilitando uma maior integração entre os mercados regionais⁶.

O processo de recuperação da crise trouxe consigo a integração do mercado nacional, com o Estado de classe atuado sob os interesses nacionais (do Centro), dando menor importância aos interesses das oligarquias regionais (CANO, 2007). Nesse sentido a burguesia industrial assume a hegemonia econômica e política do país, formando um bloco histórico com os grandes proprietários nordestinos e também a fração da burguesia mercantil que viviam em constante batalha pela manutenção do *status quo*.

É importante mencionar que esse bloco, especialmente no que se refere ao papel dos grandes proprietários no Nordeste foi sustentado mais por coerção que consenso, os chamados coronéis dispunham de um aparelho “paramilitar”, por assim dizer, os jagunços. Dessa forma mantinham a hegemonia na região.

Gilberto Freyre⁷ é um intelectual que bem expressa politicamente e culturalmente os interesses dos latifundiários, especialmente os da Zona da Mata, ligados a cana-de-açúcar. O movimento regionalista encabeçado por ele, que de certa forma se contrapôs ao movimento modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922, coloca em evidência a importância do

⁴ A metáfora arquipélago é perfeita para expressar a realidade das regiões brasileiras, porque mesmo dentro das regiões haviam ilhas, por assim dizer. O nordeste não era, nem é hoje, homogêneo, pode-se distinguir no mínimo dois que é o Nordeste açucareiro e o outro o Nordeste algodoeiro-pecuário. Não vamos nos aprofundar no debate das diferenças dentro do próprio Nordeste nesse trabalho, o que não implica que ignoramos a importância dessa diferenciação.

⁵ Celso Furtado (2007) na “QUINTA PARTE - Economia De Transição Para Um Sistema Industrial Século XX” de sua “Formação Econômica do Brasil”, descreve com precisão a política econômica empregada pelo Estado Brasileiro que possibilitou o desenvolvimento industrial em um “centro dinâmico”.

⁶ Leonardo Guimarães Neto (1989), em sua “Introdução a Formação Econômica do Nordeste” descreve o processo de integração do mercado nacional e as implicações desse processo para o Nordeste.

⁷ Sua posição de intelectual está bem exposta no Manifesto Regionalista, que foi lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo que aconteceu na cidade do Recife - PE, durante o mês de fevereiro de 1926.

regional, a convivência do tradicional com o moderno, dando forma a uma espécie consenso para a manutenção da hegemonia.

No que se refere a economia, a partir de 1930, a indústria paulista cresceu fortemente integrando os mercados regionais. Para que se tenha dimensão do processo de integração comercial que aconteceu entre as regiões brasileiras nesse período, São Paulo recupera-se da crise internacional quase que duplicando suas exportações para o restante do país (CANO, 2007).

No entanto esse processo de desenvolvimento desigual gera consequências, que na década de 1950 possibilita um grande debate sobre a questão nordestina. Três fatores foram fundamentais para a “tomada de consciência” dessa questão: o primeiro deles é, sem dúvida, o aspecto climático e as recorrentes secas enfrentadas pelo Nordeste, que chamam atenção desde o século XIX, e produziu as primeiras experiências de intervenção estatal em favor da região, que acabou por se tornar uma “indústria da seca”, devido a apropriação, para uso econômico e político, dos recursos emergenciais de socorro, dos açudes “públicos” construídos em propriedades privadas, etc. com claros benefícios as classes localmente dominantes, como políticos e proprietários de terra (HIRSCHMAN, 1963).

O segundo, fruto da contradição do processo de acumulação do capital no Brasil pós 1930, foi a divulgação das contas nacionais evidenciando a concentração de investimentos em infraestrutura e indústria pesada no Centro-sul, principalmente em São Paulo, com claro favorecimento da burguesia industrial dessa região, em detrimento das demais classes dominantes (CANO, 2007).

E por fim o processo de luta de classes encabeçado pelas Ligas Camponesas, gerando um movimento com características revolucionárias, fruto da concentração fundiária da região Nordeste. As péssimas condições de vida dos camponeses⁸ – rendeiro ou foreiro, o parceiro, o meeiro, o posseiro, o vaqueiro – fizeram com que eles se associassem, tendo o Engenho da Galileia como o primeiro e emblemático exemplo, a Sociedade Agrícola e Pecuarista dos Plantadores de Pernambuco, que mas tarde passou a ser chamada de Liga Camponesa da Galileia, a principio tinha o objetivo de fundar uma escola primária e criar um fundo para comprar cachões de madeira destinadas as crianças que morriam em grande número, o estatuto da Sociedade menciona outros objetivos, de maneira marginal, como aquisição de

⁸ Essas condições precárias podem ser evidenciadas, inclusive, por um documentário produzido pelo canal de TV estadunidense ABC, de nome *The Troubled Land* (1964), que apresenta as ligas camponesas com preocupação, considerando a memória recente da Revolução Cubana em 1959.

sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental de assistência técnica. Diante da iniciativa o proprietário querendo acabar com o “comunismo” instalado em suas terras tomou imediata providência para impedir o funcionamento da escola, querendo extinguir a associação e até ameaçando de despejo os associados. Os camponeses resistiram, essa resistência estimulou outros grupos, e a ideia se difundiu em várias partes do Nordeste e do Brasil (JULIÃO, 2009).

Fruto desse novo cenário com forte mobilização das “forças progressistas”, como se convencionou chamar na época, que uniam a burgueses industriais interessados em se expandir para a região Nordeste, bem como os industriais da própria região, juntamente com as forças da esquerda, representados pelas Ligas Camponesas (Francisco Julião) e setores progressistas da Igreja Católica, representada por Dom Hélder Câmara e Dom Eugênio Sales, se uniram em ataque aos interesses dos grandes latifundiários.

Na cidade de Campina Grande, na Paraíba em 1956, aconteceu o primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste⁹, impulsionado por Dom Hélder Câmara, que contou com a participação do então presidente Juscelino Kubitschek, o que demonstra a importância do evento. Entre outras coisas as discussões giraram em torno de planejamento e investimento para o desenvolvimento regional, crédito rural, eletrificação para o Nordeste e outros temas. Muitas dessas discussões serviram de base para os eventos que aconteceram a seguir.

Alguns anos mais tarde, em 1959, o Estado Brasileiro através do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), na pessoa de Celso Furtado, produziu um relatório destacando os problemas e “perspectivas de solução” para o desenvolvimento da região Nordeste – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (conhecido como relatório do GTDN). Esse relatório, após um esforço detalhado de apontar a natureza e extensão dos problemas nordestinos, apresentou como solução para as disparidade entre as regiões do Brasil:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;

⁹ Os anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956 / Natal, 1959) foram relançados muito recentemente pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba, sob organização de Dom Jaime Vieira Rocha. Esse é um rico material que precisa ser estudado em profundidade para o entendimento das demandas da parcela da Sociedade Civil naquela época.

c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente aos impactos da seca; e d) descolamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condição de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida. (GTDN, 1997, p. 390).

A partir das discussões levantadas por esse documento e as mobilizações na sociedade civil, no final da década, em 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), contando com Celso Furtado na função de primeiro superintendente. Essa Autarquia privilegiava o planejamento econômico e a industrialização como elementos direcionadores das políticas de desenvolvimento regional.

Celso Furtado, mesmo que desponte como representante do desenvolvimento regional, acaba por servir de representante da burguesia industrial, com a proposta de levar o “progresso ao Nordeste”. É curioso mencionar que a proposta da SUDENE foi recebida com duras críticas e desconfiança pelos parlamentares nordestinos representantes dos grandes proprietários de terra, e foi aprovada devido à força política dos representantes da burguesia industrial.

Desse modo o bloco até então acomodado na hegemonia da burguesia industrial do Centro-sul associado aos grandes proprietários nordestinos passa por uma recomposição, sem que a grande burguesia industrial do Sul perdesse sua hegemonia, muito pelo contrário o que houve foi um aprofundamento, o que mudou foram as relações de força e de importância econômica e política dentro da região Nordeste.

Francisco de Oliveira, em seu livro “Elegia para uma re(li)gião” indica que o Estado brasileiro só produziu uma ação planejada porque a luta de classes chegou a um ponto de ruptura, em que a estrutura existente não tinha mais condições de continuar a reproduzir-se, o *status quo* da sociedade nordestina estava ameaçado pelas péssimas condições de vida na qual viviam os trabalhadores (OLIVEIRA, 1977).

A SUDENE, para consolidar suas propostas de industrialização do Nordeste, utilizou-se um amplo sistema de incentivos fiscais e financeiros, chamado mecanismo 34/18¹⁰, visando atrair projetos considerados prioritários para o desenvolvimento da região. Entre os incentivos podemos destacar: isenção e reinvestimento do imposto de renda para a

¹⁰ É chamado assim 34/18, por conta dos artigos dos planos diretores que definem a forma dos incentivos. No I Plano Diretor, o artigo 34 estabelece que as empresas de capital 100% nacional poderiam deduzir até 50% nas declarações de imposto direto na fonte para investir em projetos considerados 'prioritários' para o Nordeste. O artigo 18, do II Plano Diretor, suprimiu a exigência de o capital ser exclusivamente nacional.

capitalização de empresas instaladas no Nordeste; isenção do imposto de importação de equipamentos (quando não similares aos de fabricação nacional); e isenção do imposto sobre produtos industrializados (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004). Promovendo um processo de expansão da indústria brasileira para o Nordeste, indústria que se tornou complementar e subjugada a encontrada no Centro-sul.

A partir da atuação desse órgão de planejamento (estímulos fiscais e financeiros) uma fração do capital produtivo do Centro-sul transferiu-se para o Nordeste, modificando a relação dessa região com as áreas industrializadas do país (GUIMARÃES NETO, 1989). Por isso aconteceu uma redução da participação da agropecuária em favor das atividades essencialmente urbanas, notadamente industriais, constituíram o marco histórico importante dado às transformações registradas pela economia nordestina nos anos que se sucederam à criação da SUDENE (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004).

A recomposição do bloco histórico acompanhado de um discurso reformista, foi de certa forma barrado pelo Golpe militar de 1964, se tornando uma recomposição conservadora, abandonando pelo caminho as “forças progressistas”, mencionadas. As modernização da economia aconteceu sem reformas, visando basicamente a transformação da realidade econômica da região, conservando a estrutura fundiária e as relações de produção no campo.

4 Considerações Finais

As categorias gramscianas são importantes para entender o movimento de disputa política e econômica das frações burguesas pela construção de hegemonia dentro de um bloco, e suas consequentes recomposições. No caso do Nordeste brasileiro, entre as décadas de 1950 e 1960, viu-se que o apoio das classes subalternas foi utilizado por uma fração burguesa dita “progressista” para inverter a relação de força com a fração burguesa até então dominante no Nordeste (agrária e mercantil).

Desse modo a lição, para as classes subalternas, que se pode tirar desse processo histórico é que não se deve confiar nas políticas de conciliação de classe e de frente popular. O resultado, com se viu, foi uma reestruturação conservadora do bloco, com as forças populares sendo duramente reprimidas posteriormente pelo governo Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 - 1970**. 3ª Edição, São Paulo: UNESP, 2007
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GTDN. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: n. 4, p. 387-432, out./dez. 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Cadernos do Carcere – Vol. 1**: Introdução ao estudo de filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. **Cadernos do Carcere – Vol. 5**: O *Risorgimento*. Notas Sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica no Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. Os Problemas do Nordeste Brasileiro. *In*: HIRSCHMAN, Albert Otto. **Política Econômica na América latina**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1963.
- JULIÃO, Francisco. Que São Ligas Camponesas?. *In*. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas – Vol. 1**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 271-297.
- KOHAN, Néstor. **Gramsci para principiantes**. Buenos Aires: Era Naciente, 2004.
- MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012. Formato: ePub. Paginação irregular
- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo : Boitempo, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 18, p.43-63, 1993.
- _____. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo**: A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. **Topoi**, Rio de Janeiro. v. 10, n. 18, p. 48-66. jan.-jun. 2009
- PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira & A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Formato: ePub. Paginação irregular
- ROCHA, Dom Jaime Vieira (org.). **Anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste** (Campina Grande, 1956 / Natal, 1959). Sob os Signos da Esperança e da Responsabilidade Social. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950

SANTOS, Nivalter Aires dos. A **Integração do Mercado Nacional e o Ciclo do Algodão na Paraíba**: Impactos na Economia de Campina Grande (1910 - 1985). Campina Grande: UFCG, 2013

THE TROUBLED Land. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=6zTxCB1Y7uE&feature=youtu.be&a>>> Acesso em 02 Abr. 2016.

VIEIRA, Flávio Lúcio R.. Estado e Questão Regional - Por uma Economia Política da Região. **Sæculum – Revista de História**. João Pessoa. n. 14, p. 139-156, jan./jun. 2006.